

A Capitania Geral dos Açores e a economia açoriana

MARIA MARGARIDA VAZ DO REGO MACHADO

Em 1776 o Marquês de Pombal, na sua tentativa de romper os equilíbrios tradicionais, nomeadamente os particularismos gerados pelos ponderes Municipais e pelas Capitánias, instituiu a Capitania-Geral, a mais ousada intervenção da coroa na administração insular.

Extinguiu-se assim as Capitánias insulares e centrava-se o poder numa só instituição - a Capitania-Geral, que passou a ter jurisdição sobre todo o arquipélago, com sede em Angra e chefiada pelo Capitão General.

Mas o seu domínio não se resumia a esta concentração, pois presidindo às recém criadas Juntas da Fazenda e da Justiça, muitas das competências das Câmaras eram igualmente afectadas.

Esta reforma, para além dos evidentes propósitos de natureza ideológica, tinha também o objectivo de dealbar o estado de anarquia da administração insular que contrariava o desenvolvimento económico do Arquipélago.

Não é pois de admirar que logo nas *Instruções Secretas* dadas ao 1º Capitão-General – D. Antão de Almada, pelo Marquês de Pombal, o aspecto económico estivesse bem vincado, com ordens de intervenção não só no desenvolvimento agrícola, sector primacial no campo da economia insular, como na fiscalidade e comércio externo. Este estudo pretende inferir até que ponto esta administração interferiu e modificou a economia açoriana, até ao dealbar do liberalismo.

